

# **RISCOS de DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA**

**Aplicabilidade de bases conceituais das  
Ciências Humanas e Sociais  
para a análise de casos concretos**



**Antenora Siqueira  
Norma Valencio  
Mariana Siena  
Marco Antonio Malagoli  
(Organizadores)**

*RiMa*

O que têm a dizer profissionais do meio técnico e científico, lideranças comunitárias e de movimentos sociais sobre os desastres quando suas práxis se fazem para além do imediatismo e da superficialidade com que geralmente nos são apresentados estes eventos?

Reunidos ao redor do “Seminário Internacional Riscos de Desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos” os autores buscaram contribuir para o resgate de horizontes ainda pouco explorados, esquecidos ou até mesmo obstaculizados em nossas tradições culturais e institucionais voltadas a esta temática.

Ao fazê-lo, tiveram que superar as abordagens convencionais dominantes que geralmente priorizam dimensões economicistas, biofísicas, dicotômicas, autocráticas, cientificistas, objetivistas ou de curtíssimos horizontes temporais. Como se vê, o desafio lançado aos autores (e a todos nós, cidadãos) não é pequeno, e se apresenta mais como “porto de partida” do que “ponto de chegada”, pois aciona maior preocupação

# Riscos de Desastres Relacionados à Água

Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências  
Humanas e Sociais para a análise de casos concretos



**Antenora Siqueira**  
**Norma Valencio**  
**Mariana Siena**  
**Marco Antonio Malagoli**  
(organizadores)

*RiMa*

2015

© 2015 dos autores

## Direitos reservados desta edição

RiMa Editora

## Capa e ilustrações de abertura dos capítulos

Tiago Eugenio dos Santos

Luiz Felipe Bezerra de Souza Barros

Ebbios

R595r            Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos / organizado por Antenora Siqueira, Norma Valencio, Mariana Siena e Marco Antonio Malagoli – São Carlos: RiMa Editora, 2015.

528 p. il.

ISBN – 978-85-7656-037-1 - e-book

1. Sociologia dos desastres. 2. riscos socioambientais.  
3. conflitos sociais. 4. mudanças climáticas. 5. defesa civil.  
6. proteção civil. 7. questão social. 8. vulnerabilidade. 9. água.  
I. Autor. II. Título.

### COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

Evaldo L. G. Espíndola (USP - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

*RiMa*

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 32019169

## Sobre os autores

**Alessandra Nascimento Bernardo:** Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica em Meio Ambiente pelo Instituto Federal Fluminense (IFF). E-mail: ale.nbernardo@gmail.com

**Aline Silveira Viana:** Gerontóloga pela UFSCar. Mestre em Ciências - Programa em Ciências da Engenharia Ambiental pela USP. Especialista em Informática em Saúde pela UNIFESP. Graduanda em Serviço Social pela UNIP. Foi membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). Foi membro do Grupo de Pesquisa Saúde e Envelhecimento (UFSCar). Membro associado da Associação Brasileira de Gerontologia. E-mail: aline\_geronto@hotmail.com

**Antenora Maria da Mata Siqueira:** Assistente Social, mestre em Ciências Sociais e doutora em Engenharia Agrícola/Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável. Professora do Departamento de Serviço Social de Campos da Universidade Federal Fluminense, onde fundou e coordena o Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA). É professora do Programa de Pós-Graduação em Defesa e Segurança Civil e coordenadora/professora da PGLS em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. E-mail: antenorams@gmail.com

**Antônio Miguel Vieira Monteiro:** Graduado em Engenharia Elétrica (UFES), mestre em Computação Aplicada (INPE) e doutor em Engenharia Eletrônica e Controle/Ciência da Computação (University of Sussex). Desde abril de 1985 atua na Divisão de Processamento de Imagens (DPI) do INPE em atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Geotecnologias em Estudos Urbanos, Bancos de Dados Geográficos e Engenharia de Sistemas. E-mail: miguel@dpi.inpe.br

**Arthur Soffiati:** Graduado em História pela Faculdade de Filosofia de Campos (1973), mestrado em Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001). Atualmente é professor associado aposentado da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de História Social, com ênfase em História Ambiental. E-mail: as-netto@uol.com.br

**Cláudia Paola Cardozo:** Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas (Universidade Nacional de Salta - UNSa, Argentina). Mestre em Aplicações Espaciais de Alerta e Resposta a Emergências (Comissão Nacional de Atividades Espaciais, Argentina). Entre 2005-2010 foi pesquisadora do Instituto de Ecologia y Médio Ambiente Humano (INEAH - UNSa, Argentina). Entre 2008-2010, foi professora assistente em Ecologia (UNSa, Argentina). Atualmente é doutoranda em Sensoriamento Remoto (INPE-Brasil). E-mail: paola@dpi.inpe.br

**Cláudio Carneiro:** Membro da Diretoria da AVIT - Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (RJ). E-mail: claudio.carneiro@controplan.com.br

**Davi Barbosa do Nascimento:** Presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Babosa, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: davidrins@hotmail.com

**Dora Vargas:** Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1992), mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Pla-

nejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006) e doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (2013). Atualmente é professora do Curso de Serviço Social da Universidade Salgado de Oliveira de Juiz de Fora (MG) e assistente social efetiva da Prefeitura de Juiz de Fora. E-mail: doravargas@uol.com.br

**Edison Pessanha Braga:** Bombeiro militar desde 1977. Comandante dos Destacamentos de Bombeiros dos municípios de Itaocara e São João da Barra entre 2001-2002. Diretor do Departamento de Defesa Civil da Prefeitura de Campos dos Goytacazes entre 2006-2008. Subsecretário municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes entre 2008-2015. Atualmente é diretor executivo da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes. E-mail: edisonpbraga@yahoo.com.br

**Eymar Silva Sampaio Lopes:** Graduado em Engenharia Geológica pela Universidade Federal de Ouro Preto (1990), mestrado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (1994) e doutorado em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006). Atualmente é auxiliar de pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Coordena o projeto de desenvolvimento da plataforma de monitoramento, análise e alerta a riscos ambientais (TerraMA2). E-mail: eyymar@dpi.inpe.br

**Jane Nunes:** Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (Faculdade de Filosofia de Campos, RJ), pós-graduada em Gestão Municipal (Fundação Getúlio Vargas). Jornalista de carreira da Prefeitura de Campos desde 1986. Entre 1988-1990, foi editora geral do jornal *Folha da Manhã*. Secretária municipal de Desenvolvimento e Promoção Social entre 1993-2004. Atualmente, é jornalista cedida à Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes. E-mail: chenunes@gmail.com

**Jocimar Gonçalves Lisboa:** Presidente da Associação de Moradores de Ururá, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: jocimarlisboa@hotmail.com

**Juliana T. Nazareno Mendes:** Assistente social. Mestre em Serviço Social pela UFJF. Doutoranda em Geografia na UFF. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF). E-mail: julianatnmendes@gmail.com

**Juliana Sartori:** Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2010). Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCL - Araraquara). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental na Universidade de São Paulo (EESC/USP). Foi integrante do Grupo de Pesquisa "Sociedade e Recursos Hídricos" e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). E-mail: sartoriju@gmail.com

**Layla Stassun Antonio:** Cientista social (UFSCar) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP-São Carlos. Foi pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Sociologia da UFSCar. E-mail: stassun.layla@gmail.com

**Letícia Aparecida Rocha:** Pedagoga (PUC-MINAS, 2009). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes. Documentarista do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CPT/MG). Assessora do Movimento dos Pescadores Artesanais de Minas Gerais. E-mail: leticiarocheidp@gmail.com

**Luana Fernandes dos Santos Azeredo:** Assistente social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-graduanda em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Cândido Mendes. Pós-graduanda em Serviço Social Contemporâneo pela UFF. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica social do Programa de Educação Ambiental da Petrobras na Bacia de Campos. E-mail: luana.fernandes.rr@gmail.com

**Luciano Lourenço:** Doutorado em Geografia Física pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde é professor associado com agregação e diretor do Curso de Geografia do 1º Ciclo. Possui mais de três centenas de títulos publicados, sendo diretor da revista *Territorium* e das séries de publicações “Geografia[s]” e “Riscos e Catástrofes”, publicadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra. É diretor do Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais (NICIF), coordenador nacional do Projeto de Sensibilização e Educação da População Escolar (PROSEPE) e coordenador do Grupo 1 - Natureza e Dinâmicas Ambientais e da Linha 2 - Riscos Naturais e Antrópicos, do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), das Universidades de Coimbra, Porto e Minho, e presidente da direção da RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança. E-mail: luciano@uc.pt

**Marcello Silva da Costa:** Coronel bombeiro militar (combatente) e secretário da Secretaria de Defesa Civil e Políticas de Segurança da Prefeitura de Duque de Caxias (RJ). Graduado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Bombeiros (ESFAO-CBMERJ/1993); pós-graduado em Gerenciamento Estratégico nas Organizações (FESP/2009) e em Administração Escolar (Universidade Gama Filho/2002). E-mail: tcsilvacosta@gmail.com

**Marco Antonio Sampaio Malagoli:** Professor doutor em Psicologia Social e mestre em Recursos Florestais pela USP, professor adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes (RJ). Vice-coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NESA/UFF Campos). E-mail: marcomalagodi@id.uff.br

**Mário Augusto Vicente Malaquias:** Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP e promotor de justiça de Habitação e Urbanismo na Comarca da Capital (São Paulo), Ministério Público do Estado de São Paulo. E-mail: mariomalaquias@mpsp.mp.br

**Neusa Francisca Nascimento:** Socióloga - UNIMONTES, 2001. Agente do Conselho Pastoral dos Pescadores. E-mail: neusafranc@gmail.com

**Norma Valencio:** Economista, mestre em Educação e doutora em Ciências Humanas. Professora aposentada do Departamento de Sociologia da UFSCar, onde fundou e coordenou o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED). É professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP, onde leciona, pesquisa e orienta em Sociologia dos Desastres. É consultora científica em segurança humana e desastres, especialmente na área de defesa civil e proteção civil. E-mail: normaf@terra.com.br

**Renzo Taddei:** Professor da UNIFESP, onde atua no Departamento de Ciências do Mar, campus Baixada Santista, e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, campus Guarulhos. Coordenador do Laboratório de Pesquisas em Interações Sociotecnicoambientais (LISTA). Doutor em Antropologia pela Universidade de Columbia, Nova York. É pesquisador associado do Comitatus Institute for

Anthropological Study e do Center for Research on Environmental Decisions, na Universidade de Columbia, em Nova York. E-mail: renzotaddei@gmail.com

**Roberto do Carmo:** Sociólogo, mestre em Sociologia e doutor em Demografia, com pós-doutorado na área de População, Ambiente e Distribuição Espacial. Professor do Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP) e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP), bolsista produtividade do CNPq. E-mail: roberto@nepo.unicamp.br

**Samira Younes Ibrahim:** Psicóloga e psicoterapeuta humanista-transpessoal. Coordenadora da Rede de Cuidados-RJ/Psicologia das Emergências e Desastres. Facilitadora de grupos e consultora na área hospitalar. Docente de Pós-graduação de Enfermagem em Nefrologia e pós-graduanda em Gerenciamento de Crises. E-mail: samirayounes@gmail.com

**Sérgio Portella:** Doutorando do Programa de Doutorado “Território, Riscos e Políticas Públicas”, oferecido pela Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa e Universidade de Aveiro, Portugal (conclusão: dezembro/2015). Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (RJ). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é assessor da presidência da Fundação Oswaldo Cruz. Integrante do Grupo de Pesquisa do Centro de Estudos e Pesquisas de Desastres em Saúde (CEPEDES/FIOCRUZ). Secretário executivo da Rede Nacional de Pesquisadores em Desastres. E-mail: sSPORTELLA@gmail.com

**Simone Santos Oliveira:** Pós-doutorado em Psicologia do Trabalho pela Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal (2012); doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (2007); mestre em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1995) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1985). Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). E-mail: sssoliver@gmail.com

**Thaís Lopes Côrtes:** Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Membro do Grupo de Estudos sobre Exercício Profissional do Serviço Social (GETEPSS/UFF Campos). E-mail: thaislopescoertes@gmail.com

**Virgínia Garcia Acosta:** Antropóloga social e historiadora mexicana. Professora-pesquisadora do CIESAS (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social) desde 1974, tendo sido sua diretora acadêmica de 1997 a 2000 e subdiretora geral de 2004 a 2014. Membro da Academia Mexicana de la Historia, na qual ocupa a cadeira número 5, membro regular da Academia Mexicana de Ciencias e do Sistema Nacional de Investigadores. Áreas de especialidade: antropologia e história dos desastres e da alimentação. Publicou, como autora individual ou coordenadora, 24 livros e uma centena de artigos ou capítulos de livro no México e no estrangeiro. E-mail: vgarciaa@ciesas.edu.mx



# Sumário

Apresentação ..... xi

## Seção I

### Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências

Risco, perigo e crise: pragmatismo e contextualização ..... 3  
*Luciano Lourenço*

La construcción social de la prevención. Un concepto  
en construcción ..... 45  
*Virginia García-Acosta*

Conflitos em contextos de desastres relacionados com as águas ..... 57  
*Antenora Maria da Mata Siqueira*

Desastres normais: das raízes aos rumos de uma  
dinâmica tecnopolítica perversa ..... 79  
*Norma Valencio*

## Seção II

### Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares

Reino da necessidade *versus* reino dos direitos: desafios e  
impasses ao assistente social em contextos de desastres ..... 123  
*Dora Vargas*

O ato de habitar a partir de um programa habitacional1 ..... 141  
*Juliana Nazareno Mendes*

Norma e anomalia em fenômenos climáticos na ecorregião  
de São Tomé ..... 161  
*Arthur Soffiati*

A liberdade se equipara à vida ..... 187  
*Sergio Portella*

Natureza e ambiente: o estudo dos desastres e a geografia ..... 205  
*Marco Antonio Sampaio Malagoli*

Sentidos territoriais: a paisagem como mediação em novas abordagens metodológicas para os estudos integrados em riscos de desastres ....	229
<i>Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo, Eymar Silva Sampaio Lopes</i>	
O enfrentamento individual, interpessoal e coletivo de idosos e familiares no contexto de desastre: o caso de Teresópolis (RJ) .....	261
<i>Aline Silveira Viana</i>	
Experiência e produção de saberes, possibilidades de superação das vulnerabilidades: reflexões acerca do desastre da região serrana do Rio de Janeiro .....	291
<i>Simone Santos Oliveira</i>	
O lugar do saber local (sobre ambiente e desastres) .....	311
<i>Renzo Taddei</i>	
População, riscos, vulnerabilidades e desastres: conceitos básicos .....	327
<i>Roberto Luiz do Carmo</i>	
Rede socioassistencial: contribuições para o debate sobre desastres relacionados com a água .....	335
<i>Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo, Thaís Lopes Côrtes</i>	
Animais em contexto de desastre: o que podemos fazer para criar planos de contingência eficazes .....	355
<i>Layla Stassun Antonio</i>	
Memória social: fragmentos de um desastre .....	373
<i>Juliana Sartori</i>	

### **Seção III** **Interpretações do meio técnico e da sociedade civil organizada**

Serviço Municipal de Capelania Pós-Desastre: Ministério de Socorros em favor das vítimas de desastres .....	389
<i>Marcello Silva da Costa</i>	
O trabalho do Ministério Público do Estado de São Paulo: contribuições para o anteprojeto de Revisão do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo .....	407
<i>Mário Augusto Vicente Malaquias</i>	

A empatia no olho do furacão .....	415
<i>Samira Younes-Ibrahim</i>	
Memória da Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (AVIT) .....	431
<i>Cláudio Carneiro</i>	
O desastre das águas em Ururaí: visão da Associação de Moradores sobre enchentes, urbanização, política, mobilização social e a busca do bem comum .....	437
<i>Jocimar Gonçalves Lisboa</i>	
Escassez da água? O ônus da não preservação das águas do “Velho Chico” .....	461
<i>Letícia Aparecida Rocha, Neusa Francisca Nascimento</i>	
Perigos ambientais e políticos relacionados com a água na Baixada Campista, pela visão da reforma agrária: “uma coisa tá ligada à outra” .....	481
<i>David Barbosa do Nascimento</i>	
Ações técnicas e governamentais no contexto de enchentes em Campos dos Goytacazes/RJ .....	509
<i>Edison Pessanha</i>	



# Apresentação

Das várias ambiguidades que demarcam a vida social contemporânea, uma, em especial, chama a atenção: a que revela, pelos vários sistemas de objetos tecnológicos que cercam a vida cotidiana, que estamos plenamente imersos na Era da Informação, mas que, contraditoriamente, joga sobre nós um *tsunami* de informação sobre banalidades. Isso nos satura de tal sorte que a alienação decorrente não permite saltos qualitativos na difusão e apreensão do pensamento crítico, tampouco seus desdobramentos na melhoria do bem-estar social.

*O mal-estar da civilização* a que se referiu Freud há quase um século (1930) – como sendo, dentre outros aspectos, uma consciência cultural de culpa que impossibilita extrair felicidade de progresso técnico extraordinário – mostra-nos sua culminância neste início do século XXI: a ciência e a técnica humanas parecem poder levar-nos muito longe, como espécie, seja ultrapassando o Sistema Solar, seja interseccionando realidades presenciais e virtuais; porém, a lógica econômica concentracionista e as práticas políticas dominantes não permitiram que combatêssemos a contento a insegurança alimentar e hídrica a qual estão submetidas bilhões de pessoas ao redor do mundo. Freud entendia *civilização* como “*a inteira soma das realizações e instituições que afastam a nossa vida daquela de nossos antepassados animais e que servem para dois fins: a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação dos vínculos dos homens entre si*”. Contudo, adentramos o presente século com uma expiação civilizatória a cumprir, derivada do relativo consenso, na comunidade científica, de que as mudanças climáticas globais – e os eventos severos e extremos decorrentes – têm fortes causas antropogênicas. Os exuberantes avanços técnicos para controlar a natureza e pô-la a nosso serviço acarretaram efeitos colaterais que nos exigem reinventar os caminhos civilizatórios nas próximas décadas. Urge fazê-lo e, no entanto, segundo os especialistas, isso não nos livrará de um interstício no qual teremos de padecer entre riscos incomensuráveis e desastres catastróficos.

Tal contexto adverso coloca os riscos de desastres na mira daquilo que podemos discutir e tratar mais imediatamente, em termos preparativos e de resposta, por meio da mobilização de vários sujeitos, em diferentes escalas de inserção, com diferentes saberes e poderes úteis para proteger e resguardar os bens mais preciosos, segundo a escala de valores dos distintos grupos envolvidos. Isso torna atualíssima uma pauta de fortalecimento da ideia de proteção civil, de cuidado, de cidadania e de justiça. Entretanto, para lidar com essa pauta, com a seriedade com que a mesma merece ser

tratada, seria necessário um compromisso de suplantação da superficialidade em torno da informação. Não apenas do detalhamento do funcionamento da dinâmica ecossistêmica e da base física dependeria o sucesso da mitigação de prováveis danos e perdas coletivos e de grande monta, mas, sobretudo, de um tratamento analítico aprofundado acerca das especificidades socioculturais, sociopolíticas, socioeconômicas e psicossociais dos vários lugares e sujeitos sociais fragilizados.

Ter em conta, centralmente, a perspectiva das Humanidades para lançar luzes sobre o referido problema e refletir sobre as possibilidades de mudança, num contrabalanço ao debate atual excessivamente tecnicista e das ciências duras, é indispensável, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessa sociedade multifacetada é que produzem e que serão perturbadas por tais crises. Os códigos de linguagem das Humanidades aproximam-nas do cerne dos graves desafios que poderão ser experimentados dentro em breve, assim como faz uma ponte importante, e de múltiplos acessos, junto àqueles que podem se reconhecer como parte do problema, como parte dos sistemas formais e informais de responsabilização gradual e, portanto, capazes de interagir, de modo consciente e consentido, com uma cota do esforço mobilizador em prol da proteção coletiva. Essa poderia ser uma oportunidade ímpar para que os sujeitos silenciados e degradados socialmente, ao longo da história (global, nacional, local), pudessem se exprimir livremente acerca das camadas de injustiças socioambientais que provocaram sua vulnerabilidade desproporcional; uma vez que tais desnivelamentos são passíveis de constatação, a discussão sobre estratégias de evitação de tragédias teria de perpassar medidas compensatórias aos mesmos. Daí por que a busca pelos fundamentos disciplinares – teóricos, conceituais e metodológicos – das Humanidades ser um ponto de partida à altura de tais desafios.

Apesar dessa imprescindível abordagem, ainda são raríssimos, no Brasil, os espaços de discussão sobre os riscos de desastres desde a perspectiva das Humanidades. Esta coletânea foi construída, assim, como uma dessas escassas oportunidades de reflexão aprofundada. Nela são reafirmadas ideias, mas também são trazidos novos elementos de reflexões, daquilo que foi discutido no Seminário Internacional **RISCOS DE DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos**, ocorrido na Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes, em novembro de 2014, numa parceria entre o NESA/UFF e o NEPED/DS/UFSCar.

De um lado, os autores aqui reunidos clarificam a problemática supramencionada e apresentam aspectos da valiosa contribuição de suas *disciplinas científicas* de origem – a saber, o serviço social, a sociologia, a antropologia, a geografia, a história, a gerontologia, a demografia –, além da contribuição inestimável dos *saberes empíricos* – oriundos de lideranças comunitárias de povos tradicionais e de movimentos rurais, de periferias urbanas e de afetados nos desastres –, de *saberes profissionais* – como da área da psicologia – e *saberes técnicos* – da área do direito e de defesa civil.

Cada qual trouxe uma visão, no mais das vezes, complementar, mas também controversa, sobre esse objeto complexo que é o dos *riscos de desastres relacionados à água*. Riscos se referem a uma vasta gama de relações socioambientais que podem, de modo súbito ou processual, entrar em descompasso, suscitando perturbações de diferentes intensidades na vida prática de uma dada coletividade, a qual, por seu turno, apresenta diferentes condições de preparação para enfrentá-los. *Desastres* sinalizam que esse algo é uma ocorrência socialmente muito adversa, com danos e prejuízos não somente coletivos, mas de difícil recuperação. E, se são *relacionados à água*, trata-se de possibilidades de perturbações socioambientais graves nas quais, sob diferentes modos – formas de manifestação, de acesso, de disponibilidade e de qualidade –, esse elemento natural aparece como fulcral nas relações sociais de coesão ou de conflito. De modo geral, os proponentes sinalizam, em suas reflexões, que os desastres manifestos e os riscos de desastres são problemas da maior importância e deveriam merecer prioridade de tratamento. Isso porque a realidade concreta e os estudos apontam para seu processo de incremento, seja em virtude dos episódios passados, que deixaram feridas mal cicatrizadas, seja porque a dinâmica espacial atual está em rota de colisão com os limites ecossistêmicos, já num ponto de não retorno.

Ademais, mais se sabe sobre esse objeto se uma abordagem polissêmica for favorecida, tal como se buscou no conjunto desta obra, o que, a nosso ver, se coaduna com a heterogeneidade socioambiental do país e, ainda, permite que casos e questões que transcendem o espaço geográfico brasileiro sejam trazidos para subsidiar o exercício de aplicação da base conceitual e metodológica à nossa realidade.

Pode-se dizer que os 25 capítulos que compõem esta coletânea orientaram sua contribuição, no geral, para a constituição de um necessário “glossário humanístico” para o entendimento dos riscos de desastres; quiçá, em prol do melhoramento do glossário ora excessivamente tecnicista de defesa civil e, assim, provocando uma reorientação da marcha

interpretativa para que a mesma sirva melhor à proteção civil. Nesse intento, as contribuições foram divididas em três seções.

A primeira seção, intitulada *Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências*, reúne, em seus respectivos capítulos, as contribuições de quatro autores de três diferentes países (Portugal, México e Brasil) – Luciano Lourenço (Universidade de Coimbra), Virgínia Garcia-Acosta (CIESAS), Antenora Siqueira (UFF) e Norma Valencio (USP) – e tem por foco trazer as diretrizes conceituais de cunho mais geral, respectivamente, da geografia, da antropologia, do serviço social e da sociologia sobre o tema dos riscos e dos desastres.

A segunda seção, *Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares*, traz as mesmas matrizes disciplinares acima e outras – como a história, a demografia, a gerontologia – e visa dar maior clareza sobre como as reflexões de caráter mais conceitual e metodológico se articulam com a análise de casos concretos em que as estiagens, secas, enchentes e inundações contextualizam as tensões sociais, os desafios à prática profissional, na configuração do espaço, como também na busca de novos eixos para a solidariedade entre humanos e além deles, como, por exemplo, com animais. São treze os capítulos reunidos nessa seção, cujos autores são oriundos de sete diferentes instituições brasileiras, a saber: Dora Vargas (UNIVERSO), Juliana Mendes (UFF), Arthur Soffiati (UFF), Sérgio Portella (Fiocruz), Marco Malagoli (UFF), Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo e Eymar Silva Sampaio Lopes (INPE), Aline Silveira Viana (USP), Simone Oliveira (Fiocruz), Renzo Taddei (UNIFESP), Roberto do Carmo (UNICAMP), Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo e Thaís Lopes Côrtes (UFF), Layla Stassun Antonio (USP) e Juliana Sartori (USP).

Por fim, a terceira e última seção traz as *Interpretações do meio profissional, técnico e da sociedade civil organizada* sobre os riscos e desastres, sendo oito capítulos produzidos por autores de oito diferentes inserções institucionais e comunitárias, a saber: Marcello Silva Costa (Secretaria Municipal de Defesa Civil de Duque de Caxias/RJ), Mário Augusto Vicente Malaquias (Ministério Público do Estado de São Paulo), Samira Younes Ibrahim (Rede de Cuidados – Psicologia das Emergências e Desastres/RJ), Cláudio Carneiro (AVIT), Jocimar Gonçalves Lisboa (Associação de Moradores de Ururaí, em entrevista a Marco Malagoli), Letícia Aparecida Rocha e Neusa Francisca Nascimento (UNIMONTES e Conselho Pastoral da Pesca/MG), Davi Barbosa do Nascimento (Associação de

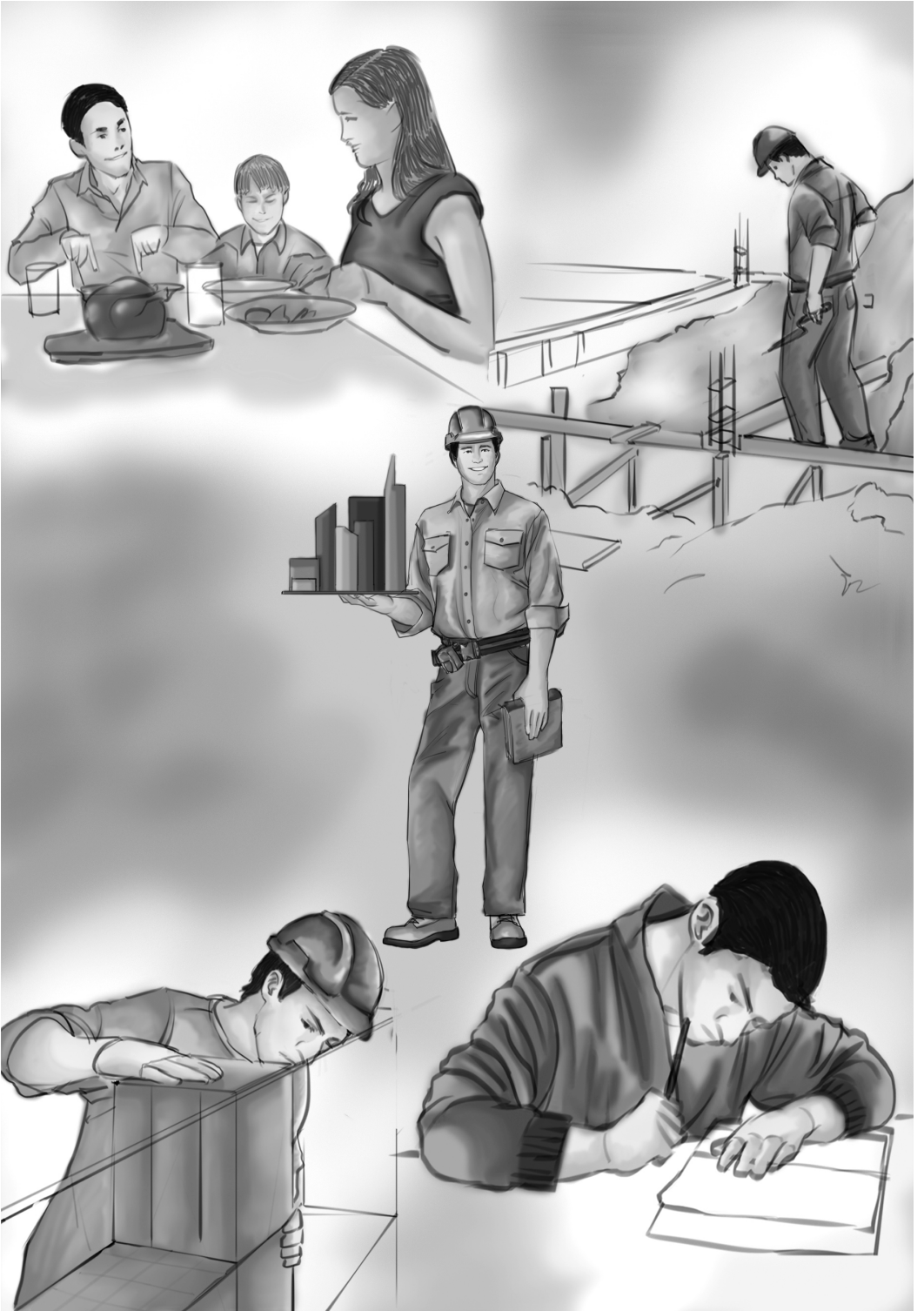


Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Barbosa/Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Marco Malogoli) e, por fim Edison Pessanha (Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Jane Nunes).

Esperamos, assim, que o valor que porventura o leitor possa identificar em cada capítulo, que é uma expressão amostral de uma bagagem interpretativa mais vasta do respectivo autor sobre o problema, não o impeça de buscar o enovelamento entre as contribuições, as quais, em última instância, apontam para as incongruências e contradições do humano, na tessitura sócio-histórica de seu espaço e de suas relações sociais, desde o nível intersubjetivo ao de caráter institucional. Os autores apontam para o humano para nele, em seguida, fazer uma aposta mediante as inúmeras possibilidades de mudança de mentalidade, de luta e de enfrentamento visando ao rompimento com um destino coletivo potencialmente trágico.

Boa leitura!

Os organizadores



# **Experiência e produção de saberes, possibilidades de superação das vulnerabilidades: reflexões acerca do desastre da região serrana do Rio de Janeiro**

**Simone Santos Oliveira**

---

Por fim, também fui aos artífices, porque estava persuadido de que, por assim dizer, nada sabiam, e, ao contrário, tenho que dizer que os achei instruídos em muitas e belas coisas. Em verdade, nisso me enganei: eles, de fato, sabiam aquilo que eu não sabia e eram muito mais sábios do que eu.  
(Apologia de Sócrates, Platão, 22 d)

## **Introdução**

O tema *desastres* cada vez mais ocupa espaço nas agendas acadêmicas, institucionais e políticas. Se, por um lado, o aumento de suas ocorrências é evidente, exigindo maior organização, com formulação de leis, manuais, protocolos, por outro, as inúmeras questões que decorrem desses eventos, que colocam em destaque suas diversas dimensões, ainda merecem olhar mais apurado. Identificamos, portanto, uma lacuna de conhecimento no debate sobre desastres que coloque em foco os aspectos sociais, de saúde e das práticas de trabalho e de seus desdobramentos para a vida em comunidade. Especificamente no que tange à saúde, identificamos os inúmeros profissionais envolvidos na resposta ao desastre. Colocar em análise a organização e a estruturação dessas ações permite-nos refletir sobre os efeitos de suas práticas nas relações intersubjetivas após o momento agudo do desastre.

As reflexões aqui apresentadas fazem parte de pesquisa que visa resgatar a vivência e o movimento de reconstrução dos profissionais que atuaram e das comunidades afetadas no evento de 12 de janeiro de 2011, na região serrana do Rio de Janeiro, prioritariamente em Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo. Nesses municípios, as populações afetadas ainda lidam com a reconstrução de suas vidas, tiveram seu cotidiano interrompido drasticamente e dependem de um poder público burocrático, ineficiente e, muitas vezes, improbo.

Se considerarmos o quantitativo de mortos, em uma área devastada de 350 km<sup>2</sup>, com 750 deslizamentos, podemos afirmar que a catástrofe serrana, até o momento, foi uma das de maior impacto nacional. Foram contabilizados 913 mortes, 8.901 desabrigados e 23.045 desalojados (FREITAS et al., 2012). No entanto, temos relatos de pessoas que consideram que esse quantitativo pode ser bem maior.

Partimos da discussão acerca do conceito de desastre desenvolvida por Valencio (2010), que tem problematizado a definição de desastre natural compreendendo-o como processo socialmente construído, com dimensões objetivas e subjetivas, alargando o tempo e o espaço desses acontecimentos com base em nexos sócio-históricos para além de sua agudeza. Portanto, que influenciam os processos de subjetivação e os diversos sentidos dados posteriormente aos seus territórios. São perdas materiais, ambientais e simbólicas existentes numa relação entre sociedade e natureza que revela a organização espacial e econômica. Um sofrimento vivenciado que tem sua duração e intensidade definidas de acordo com a organização dos territórios. E que, no caso de nosso estudo, já ultrapassa quatro anos para as comunidades e também para os profissionais que atuaram e que também se constituem em grupo vulnerável.

A vulnerabilidade é aqui entendida na perspectiva de Cutter (2011), como conceito complexo que contempla dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais. A autora ressalta a necessidade de uma abordagem integradora e interdisciplinar para se estudar a vulnerabilidade social e/ou socioambiental e destaca que, se os desastres são locais, suas respostas também devem ser.

Olhamos para essa vulnerabilidade não apenas como reflexo estrutural das nossas opções de desenvolvimento econômico e tecnológico, mas também consideramos a trajetória e o contexto sociais dos grupos atingidos.

A reflexão que aqui se desenvolve parte do esforço de dar visibilidade ao trabalho dos profissionais que atuaram no desastre da região serrana, buscando valorizar essas experiências de enfrentamento na fase de resposta e recuperação. Uma experiência singular que se expressa em um corpo, biológico, social e político, que por meio da história se transforma em patrimônio de quem trabalha. Para iluminar essas experiências lançamos mão do conceito de *atividade*, desenvolvido pela perspectiva ergológica (SCHWARTZ, 2012), em que o trabalho é o lugar privilegiado, local pos-

sível de redução das assimetrias e desigualdades sociais. Fazer circular esses saberes e como cada um tem de lidar, a partir de seus recursos, história, valores, com os desafios é um dos objetivos desta pesquisa.

A ergologia sinaliza para a existência de zonas de cultura e incultura no interior dos diferentes saberes. Nesse sentido, o conceito é sempre defasado com relação à própria experiência que o atualiza. Essa é a direção que a perspectiva ergológica busca para compreender o trabalho e suas relações, considerando o protagonismo dos trabalhadores: “A atividade industriosa humana não pode jamais ser corretamente antecipada por nenhum modelo teórico, sabendo que é necessário apreender com os que o praticam, se quisermos ser um ator respeitoso dos projetos de transformação deste trabalho” (SCHWARTZ; ADRIANO; ABDERRAHMANE, 2008, p. 11). E é a partir dessa perspectiva que pensamos em contribuir para a superação das vulnerabilidades no que tange aos debates sobre desastres.

## **Experiência, atividade e produção de saber**

Trabalhar é fazer face aos eventos que surgem sobre uma situação estabelecida, situação que se pensava poder circunscrever numa descrição. É fazer frente a imprevistos, ao surpreendente, ao singular. Os trabalhadores desenvolvem uma experiência construída sob a forma de saberes práticos que são em grande parte informais e não verbalizados (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010). E, como ressalta Schwartz, o corpo está onipresente aí dentro, e “o corpo é a atenção, a vigilância; é estocar as coisas na memória, é esquecê-las no momento oportuno”. O *saber investido* do trabalhador condiciona quase sempre a produção, sendo decisiva a pessoa ou o grupo, pois o investimento de si mesmo é o elemento-chave para a eficácia da atividade. Investido porque ele reenvia à especificidade da competência adquirida na experiência. E essa experiência é investida em uma situação única e histórica, não formalizada nem escrita em lugar algum. Ela está localizada, fundada no intelecto e no corpo, no *corpo-si*, como define Schwartz (2010), ou seja, alguma coisa que atravessa tanto o intelectual, o cultural, quanto o fisiológico, o muscular, o sistema nervoso. Atender a dois valores, de mercado e os do bem comum, cria contradições que atuam sobre as *dramáticas de usos de si* (SCHWARTZ, 2004).

Sendo assim, o filósofo francês Yves Schwartz, a partir da perspectiva ergológica, pergunta: O que é experiência? Formar quem? Formar para fazer o quê? Perguntar-se sobre a função formadora da experiência remete a um duplo problema. Primeiro: a experiência forma as pessoas nos

ambientes de trabalho, tornando-as mais eficazes? Segundo: a experiência seria formadora pela contribuição que traz a formação profissional e contínua? E, se assim o for, como fazemos falar a experiência? Como a colocar em palavras? Trazemos aqui uma síntese das reflexões do autor sobre a questão da experiência (SCHWARTZ, 2010; 2011; 2012).

Como articular experiência e formação? Pois, se experiência é um tipo de saber que não é diferente do saber mais formal, acadêmico, a questão “a experiência é formadora?”, de acordo com o autor, desemboca em uma tautologia, já que seus termos seriam de mesma natureza. Mas, se são radicalmente diferentes, um não pode formar o outro.

Schwartz (2010) propõe, então, repensar a experiência partindo da visão oferecida pela história filosófica do conceito e da origem em Platão das duas linhas essenciais quanto ao lugar da experiência no seio da especulação filosófica. Nos *Diálogos*, ao demonstrar interesse pelo saber-fazer dos artesãos, Platão faz duas observações. Uma que Schwartz chama de positiva, em que destaca certa competência dos artesãos para produzir os objetos, e outra negativa, porque essa competência se realizaria por rotina, aquele saber que não sabe relatar o que faz, uma intuição. Prosseguindo suas reflexões, o autor indica que dessas duas observações de Platão seguem-se dois desenvolvimentos histórico-filosóficos opostos.

O primeiro, a partir da linha positiva, que considera a experiência como complemento indispensável do poder de entendimento. Nesse percurso, Schwartz (2010) passa por Descartes, Leibniz, Diderot e Kant e chega a Hegel. Neste, destaca que há novo momento de valorização da experiência, pois a separação realizada por Kant entre conhecimento e experiência desaparece. E afirma que, para Kant, experiência é tudo que é dado, tenha sido formatado pelo entendimento ou não. E, para Hegel, a experiência é todo o saber que será desenvolvido por um percurso histórico-temporal. Mas, no final desse percurso, saberemos tudo o que haveria de se saber, dada inicialmente a experiência: “Em Hegel, a experiência é o movimento mesmo da gênese do saber e, por conseguinte, não podemos mais opor experiência e saber”, formula Schwartz (2010, p. 39). Esse pensamento hegeliano é prolongado em Marx, com a especificidade de que a experiência é produção da história humana pela produção material. Mas seja em Hegel ou em Marx, pela dimensão totalizadora dada à experiência, dizer que a experiência é formadora é uma tautologia. A experiência passou a ser tão grande que desqualifica a discussão sobre sua capacidade formadora, algo óbvio e

inevitável. O autor destaca que acredita ser aí o começo do declínio do conceito de experiência.

O segundo desenvolvimento, definido por Schwartz (2010), tem em David Hume um de seus principais pensadores, que parte da observação negativa de Platão: a experiência seria rotina, seria apenas experiência sem saber. No fundo, o que sabemos são sínteses do que é encontrado na experiência. Aqui, o saber é absorvido pela experiência: conceito, noções, saber, fabrica-se pelo costume, por associações de idéias. Tudo nasce inteiramente da experiência. E, afirma, estamos em outro beco sem saída, pois também aqui dizer que a experiência é formadora é uma tautologia. Esse pensamento, associado a uma filosofia analítica, cognitivista, e à psicologia experimental, busca estudar tipos de raciocínios, inferências, procedimentos intelectuais que geram, segundo Schwartz (2010), três inconvenientes. O primeiro seria o esforço de modelizar tipos de situações, dessingularizar ou desistoricizar a dimensão da experiência para falar, sobretudo, de experimentação e de protocolos. O segundo seria não reconhecer que na experiência existe parte enorme de saberes e competências que não é posta em palavras ou expressa em raciocínios claros. E o terceiro inconveniente, resultado dos dois primeiros, seria que essa tradição empirista desfaz o vínculo entre experiência pessoal e debate de valores. Não é possível identificar o debate de valores quando se fala de protocolos experimentais.

Portanto, as duas observações, positiva ou negativa, sobre o saber-fazer dos artesãos realizadas por Platão em seus *Diálogos*, em nossa história, levaram a dois becos-sem-saída que não possibilitam discutir a questão da experiência como formadora. Para tanto, a experiência não deve ser um conceito genérico, ela deve poder ser individualizada pelas situações e percursos singulares. Assim, a experiência não será absorvida pelo saber, e nem o contrário (SCHWARTZ, 2010).

Partindo daí, temos, então, nas situações de atividade e, em especial, nas atividades de trabalho sempre em parte – pois imprevisível em sua proporção – a aplicação de um protocolo e experiência: o que Schwartz (2011) chama de encontro de encontros. Toda situação de trabalho é sempre em parte a aplicação de normas antecedentes, mas, se somente elas existissem, teríamos apenas o equivalente a um protocolo experimental. Nunca é assim, existe aquilo que nesse encontro podemos indicar como experiência, processo jamais acabado, em que não sabemos nem mesmo quem faz experiência. Enigma que Schwartz designa como *corpo-si* e é nele que se faz experiência:

A história de nossos fracassos, nossos sofrimentos, nossos sucessos, nossos engajamentos com uns e outros, atravessados pelas nossas relações com os valores; e nosso corpo carrega essa história sem que nós a saibamos muito bem. É tudo isso que faz experiência (SCHWARTZ, 2010, p. 43).

E se compreendemos que toda atividade é sempre, de um lado, a aplicação de protocolo e, de outro, um encontro de encontros a gerir, podemos dizer que toda atividade é debate, uma dramática em que os protocolos serão submetidos ao encontro dos encontros e singularmente renormatizados, pela experiência de quem faz: esse saber investido, que é diferente do saber formal. Os saberes investidos não são da mesma natureza que os saberes formais, são duas coisas diferentes e complementares, que se interfecundam, mas não se reduzem.

Nesta perspectiva, buscamos fazer reflexões a partir das experiências dos profissionais que atuaram no evento da região serrana, dando visibilidade a esse rico saber resultante do encontro de encontros na situação de emergência. Apresentaremos aqui narrativas de profissionais vinculados às Secretarias de Desenvolvimento Social (SDS) e Municipal de Saúde (SMS) das cidades de Teresópolis e Nova Friburgo, evidenciando os debates de normas e valores presentes nas situações de trabalho, com intuito de consolidação desse patrimônio.

## **Crônicas não contadas de um desastre que não acabou**

A imprevisibilidade é parte do processo de trabalho dos profissionais na fase de resposta e recuperação, que em condições adversas, com escassez de recursos, devem se engajar com o corpo inteiro, estar alertas, convocados a agir prontamente em situações heterogêneas e complexas. Esse trabalho envolve uma relação entre o sujeito cuidador (sua subjetividade, história, direitos, necessidades, relações com os demais participantes do trabalho coletivo e concepção cultural-profissional de saúde) e o sujeito cuidado (suas necessidades subjetivas, individuais e coletivas e concepções culturais de saúde e cuidado). Essas expectativas e interesses podem aproximar-se, “potencializando a perspectiva do cuidado ‘de si e do outro’, ou distanciar-se, gerando conflitos” (PIRES, 2009, p. 743). Por sua vez, isto implica reafirmar também que trabalhar sempre é gerir as variabilidades presentes nas situações de trabalho. Trabalhar-gerir apresenta-se importante “na medida em que insiste na heterogeneidade das dimensões implicadas, no engajamento subjetivo necessário do prestador em relação a campos



onde há escolhas a serem feitas” (SCHWARTZ, 2004, p. 39). E mesmo que estas escolhas se realizem em microsituações, elas remetem a horizontes sociais mais amplos.

Os trabalhadores que atuam nas situações de desastres, especialmente, estão diante da ruptura da vida de outros:

Algumas pessoas estavam com muita dificuldade de sair de suas casas... na verdade de suas vidas. Eles falavam: *Como vou deixar tudo aqui? Ainda que estivesse tudo caído ou parte dos bens destruídos, era a história delas que estava ali.* A gente falava assim: “O importante desse momento é que você preserve a sua vida, aqui é um lugar que está em extremo risco”. Mesmo assim, era muito difícil convencer as pessoas a saírem dali (Profissional 1, SDS).

Os valores sem dimensão são objetos de intensos debates de normas, conflitos, arbitragens políticas, e, nas situações de trabalho, esses valores são retrabalhados na experiência dos protagonistas das atividades. Na realização de seu trabalho são cobrados por si mesmos, pelas instituições e pela população, que coloca toda sua expectativa de socorro e de ajuda neles.

O nível de cobrança, de resposta que tinha que se dar, era muito grande. Naquele momento *duplamente cobrado*, e com *medo*. Porque esse medo é real, ele existe, medo que se repita aquele cenário, que tenha que atuar de novo.

Os trabalhadores foram levados à exaustão com jornadas ininterruptas:

Porque no dia da tragédia eu fui ao hospital Raul Sertã e não aguentei ficar lá, quase desmaiei, porque o cenário... E os funcionários que ficaram *72 horas direto trabalhando*. Isso não é observado, as pessoas que estavam no plantão daquela madrugada do dia 11 para dia 12, elas não puderam sair. Também ninguém chegava, e também não tinha condição de elas irem embora porque era muita gente que tinha que ser socorrida. Então, *esse pessoal ficou 72 horas, dormindo no chão, o hospital lotado, sem uma alimentação correta*. E isso todo mundo, até médico, todo mundo no mesmo barco. *Essa exaustão não é observada, e o cenário era muito... era um cenário de guerra.* (...) Isso tudo é muito louco, todo mundo trabalhava num nível de tensão, corre para lá, corre para cá (Profissional da Vigilância em Saúde, SMS).

Não se pode esquecer de que muitos dos trabalhadores foram afetados também. Perderam parentes, amigos, perderam as casas ou tiveram de sair temporariamente. Alguns ficaram em abrigos. E tiveram de atuar mesmo assim “E ninguém viu aqueles *trabalhadores como vítimas*” (idem, SMS).

A emergência dos desastres não é uma novidade na região, todos os anos, no verão, as cidades são acometidas pelas chuvas, com deslizamentos, e o risco da tragédia é iminente: “Isso era uma tragédia anunciada há muito tempo, porque vários deslizamentos aconteceram anteriormente, mas eram sempre nas áreas pobres da cidade. Era sempre assim. Vai chover sempre muito distante do cenário geral da cidade” (idem, SMS). Contudo, os profissionais não estavam preparados para o enfrentamento das situações de calamidade, principalmente do porte que ocorreu em janeiro de 2011. A psicóloga que atuava na SDS relata seu primeiro contato com a tragédia: “Cheguei ao trabalho e ele [o secretário] falou: *cadastre os vivos e conte os mortos*. Eu nunca tinha tido um contato com isso. (...) Tinha uma fila das pessoas que estavam sendo cadastradas, e a fila das pessoas que estavam procurando os mortos” (Profissional 1, SDS).

A atividade tem algo não previsto em sua potencialidade, a de ser sempre microrrecriadora. Ou seja, “numa situação de trabalho, a atividade é sempre o centro desta espécie de dialética entre o impossível e o *invivível*” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 31). Dessa perspectiva, a noção de competência, adverte Schwartz, deve considerar três elementos que não se articulam facilmente: o das normas antecedentes, que enquadra fortemente toda situação de trabalho; o do histórico e incessantemente inédito; e uma dimensão de valores, que deve justamente gerir o inédito, realizar escolhas. São dimensões heterogêneas e incomensuráveis – incomparáveis. São ingredientes diferentes que se combinam na atividade, que se articulam no agir em competência, abandonando dessa forma a ideia de competência como noção simples e homogênea. Apesar das evidências históricas, as instituições não se prepararam, criando planos de contingência. Não havia protocolos, e os profissionais tiveram de improvisar. Nos primeiros momentos após a tragédia, os procedimentos foram sendo criados, e os trabalhadores precisavam dar conta de diversas situações ao mesmo tempo:

Tínhamos um caderno para identificação, porque o índice de contaminação no local... não havia refrigeração. Um cheiro absurdo, nós *tínhamos que usar muito vick no nariz*. Eu fiquei *durante muito tempo fazendo*

*tratamento porque a cartilagem ficou muito ferida devido ao uso contínuo de vick e máscara. (...) Tinha uma multidão que se formava do lado de fora da delegacia. (...) Era uma romaria porque quem chegava, mesmo que não encontrasse, também não ia embora (...) eles ficavam ali porque, como chegavam corpos a todo momento, tinham expectativa. Com isso, o tempo foi passando e fiquei mais de 70 horas sem ir em casa (...). Chegaram dois caminhões enormes de peixe para doação, caminhões frigoríficos, esses caminhões foram usados para guardar os corpos que já estavam necropsiados. O quarteirão inteiro tinha um cheiro horrível, muito forte (Profissional 1, SDS).*

A equipe de desenvolvimento social em Teresópolis cadastrou cerca de 16 mil pessoas, além disso, era responsável também por distribuir os alimentos e todas as doações que passaram a chegar a partir do terceiro dia do evento. Mas, nessas condições, a logística nunca é simples:

*Você tem que dar alimento, certo? Mas onde ela vai cozinhar aquele alimento, o que ela vai fazer com o alimento cru? Não adianta você dar cesta básica, você tem que dar condições da família ter o alimento. Alguns restaurantes de Teresópolis começaram a enviar quentinha, e isso aliviou o trabalho das equipes. A generosidade do povo, tanto das pessoas que vieram como voluntários como da população local e do povo internacional, também foi enorme, mas nós não sabíamos organizar aquelas pessoas (Profissional 2, SDS).*

É preciso contar com uma rede solidária para apoio às ações. Para conseguir o mínimo de organização, trabalhou-se com o que se tinha. O despreparo das equipes somado à inadequação dos instrumentos se constituíram em outro desafio:

*Nós tínhamos um formulário, da anmenese, que se fazia com qualquer pessoa que fosse no serviço social procurar atendimento. Esse papel não servia, nós tivemos que adaptar na hora, e nós tínhamos muitos blocos daquele papel. E era o único que nós tínhamos para fazer qualquer tipo de registro. Agora, as pessoas chegavam sem nenhum documento, ninguém tinha documento, certidão ou conta de luz... Depois veio o Detran para fazer carteira de identidade; outra vez, nós tivemos um bom suporte, mas descoordenado. As coisas aconteciam, mas ninguém sabia onde. As equipes despreparadas e mínimas, sem uma coordenação, tinham que atender toda a população afetada: (...) O que a tragédia fez: pegou uma equipe pequena, despreparada e tinha também bombeiros e defesa civil. Esses dois polos eram os únicos que nós tínhamos. E a equipe, muito reduzida. Hoje em dia, não atende nem aos CRAS*

que existem... Como, de repente, essa equipe podia dar suporte a essa população toda? Existiam várias *disputas de poder*, tiveram vários acontecimentos que as pessoas ficaram cada vez mais fragilizadas. (...) O Brasil é o país do mínimo, a gente trabalha com a equipe mínima. Tínhamos muito poucos técnicos disponíveis (Profissional 2, SDS).

No entanto, a criação de procedimentos era inevitável. Corria-se o risco de errar, mas era preciso, em função das condições impostas pelo desastre:

As pessoas chegavam sem receita, a gente decidiu o critério, vamos dispensar para todo mundo, que não vamos ter esse refinamento de exigir receita. Tinha gente que era insulina-dependente, que ficou sem, as pessoas estavam descompensadas. Não tinha luz na cidade, até a insulina que estava na geladeira se perdeu. Essa nossa vivência na gestão de medicamento, que a gente foi fazendo muito da cabeça da gente, mas que de alguma forma hoje a gente tem essa experiência (Profissional da Vigilância em Saúde, SMS).

A partir do terceiro dia passaram a chegar os representantes de diversas instituições estaduais, federais e outros:

Chegou o INEA, confesso que *nós nunca tínhamos nem ouvido falar no INEA*. Acho que estava começando a se constituir naquela época. Mas *eles faziam todos os papéis*. Tanto de abrigo como de bombeiros, de construções, canalizações... Eles vieram, e a *Força Nacional* também, para garantir a segurança na cidade. Mas acontece que a população... Teresópolis tem 42 favelas, é o município mais favelizado do Rio de Janeiro, batendo com Rio das Ostras. O pessoal das comunidades também desceu... Estão dando cesta básica lá, tão dando comida... Pelo cadastro único, nós temos 33 mil pobres em Teresópolis, para uma população de 160 mil; 33 mil com salário de 170 reais per capita. Não tem empregabilidade na cidade, nós vemos a pobreza se multiplicando a cada ano, não vemos a diminuição, vemos a multiplicação. Aquele puxadinho faz uma casinha aqui, outra ali atrás, ocupação desordenada. *A chuva caiu, mas na área rural, se tivesse caído nessas áreas, as casas teriam vindo todas, nós teríamos milhares e milhares de registro de óbitos* (Profissional 2, SDS).

A intersetorialidade é fundamental para atuação nos desastres. Contudo, o desrespeito às fragilidades gera choques entre as equipes locais e externas e amplia a sobrecarga emocional dos profissionais e da população. Descoordenados, duplicam-se as ações, criando um desastre dentro do desastre:

Você tinha que estimular a equipe, fazer a fila andar; sem esse papelzinho, elas não poderiam ir para Defesa Civil mostrar que perderam a casa e depois conseguir o aluguel social... *Para elas era outro estresse: "Eu não tenho onde morar, não tenho o que comer, não tenho o que vestir, não tenho documento... eu tenho que pelo menos entrar nesta fila para dar meu nome". O Estado chegou dois dias depois, já com outra demanda de outros papéis. Então, aquelas pessoas que haviam sido entrevistadas tinham que passar novamente por cadastro (Profissional 1, SDS).*

A multiplicidade de (des)informações que ocorrem simultaneamente confundem e amedrontam ainda mais os grupos afetados. E os profissionais tinham de responder às inúmeras demandas com as possibilidades existentes:

Nós também tínhamos no serviço social que procurar parceiros que pudessem abrigar essas pessoas. Então, igrejas, instituições religiosas, grêmios, clubes... abrindo espaço. A gente começou a colocar as pessoas dentro dos abrigos. E aí o pessoal do estado ou da defesa civil começou a visitar os abrigos para ver se os abrigos serviam! *Nós não tínhamos lugar para colocar as pessoas... tinha que ver se tinha tantos banheiros, tanto não sei o quê... as igrejas abriram as portas, tiveram aquele ônus enorme. Nós mandávamos as pessoas para lá, eles tinham que fazer comida para todo aquele pessoal. E aí ainda tinha que saber se serviam ou não como abrigo! Foi muito difícil tirar as pessoas do Pedrão [principal abrigo da cidade de Teresópolis], ficavam numa vitrine. Alguém falou: "Se vocês saírem do Pedrão, não vão ter aluguel social nunca mais... Fiquem no Pedrão!" (Profissional 2, SDS).*

As dificuldades de convivência e comunicação no encontro entre equipes locais e de fora – hierarquicamente superiores –, que agem de maneira autoritária, atropelando e ignorando as relações estabelecidas no território, geram sofrimento ao não se reconhecerem os esforços-limite que estavam sendo realizados:

As informações chegavam de forma lenta, tinham locais sem acesso, não tinha comunicação. Esse tipo de postura tem que ser reavaliada, reanalisada. *Tem que entender que o território era habitado, tinha uma dinâmica. Não se pode cobrar daquelas pessoas que tiveram suas vidas interrompidas a mesma lógica, a mesma postura, de quem estava vindo de fora, que a família está muito bem e abrigada em algum lugar seguro. Uma crítica a essa abordagem que chega muito. Numa reunião, eu tinha acabado de sair de uma missa de sétimo dia na catedral. Foi uma missa comovente, a cidade estava de luto, e fui para uma reunião*

onde estavam as três esferas de governo e uma responsável do governo estadual, que falou: “*Vocês estão a sete dias do evento e o município ainda não conseguiu se reestruturar*”, falando especificamente da área da saúde. *O que era reestruturar naquele momento? Era colocar as unidades todas funcionando normalmente? Reestruturar emocionalmente? Como reestruturar funcionários que tinham perdido tudo?* Exemplo de nossa coordenadora de epidemiologia que estava se sentindo extramente vulnerável, estava com a casa inundada, estava sem água, não sabia para onde ir com os filhos. Nossa coordenadora de HIV teve que sair da casa porque estava com risco de deslizamento. Foi morar na casa de parente. Uma situação muito complicada. Todo mundo sem água, ninguém conseguia lavar o cabelo, não podia gastar a água que tinha. Situações que parecem bobagem, mas alteram muito as pessoas. Eu acho que isto não foi observado. Eu não sei se isso acontece em outras situações de desastres no Brasil, que foi a *invisibilidade do trabalhador (...)*. Quando chega ajuda de fora, que vem com a técnica, é bem-vinda, *elas vêm olhando como espaço e não como território*. Não sabem se dona Maria morreu, foi soterrada ou não com vida, mas *os trabalhadores que estavam ali tinham esta identidade de território*. Aí eles exigem que a gente tivesse naquele momento uma atuação *como se aquele território não fosse nosso*. Como se a gente não estivesse vendo uma cidade que não reconhecíamos (Profissional da Vigilância em Saúde, SMS).

Apesar dos conflitos, das relações autoritárias e assimetrias das equipes, algo foi aprendido com as experiências. Houve esforço para fortalecimento das ações com criação de comitês, mas que não tiveram continuidade:

Eu era gerente de vigilância em saúde, tive muito contato com a vigilância do MS, que trouxe saberes que desconhecíamos. O setor saúde tinha que se estruturar para enfrentar... depois do encontro em Brasília. Criar o comitê de emergência em desastres, esse comitê tem que se reunir, tem que trabalhar com a gestão de risco nas fases de preparação, resposta e recuperação. Coisas que não tínhamos nenhuma intimidade com isso. Em 2011, criou-se o primeiro comitê. Vi a visão de criação de unidades de saúde segura/documento da OPAS. Começou a mudar um pouco o olhar para esta questão mais do território. Em 2012, isso tomou mais peso, pois tivemos o ano inteiro. Na mudança de governo de 2012-2013, isso paralisou, não foi introjetado pelos trabalhadores. *Manter um serviço, ter um processo de trabalho para enfrentamento de desastres, não foi incorporado pelo trabalhador*. Não avançou. (...) Hoje sinto os trabalhadores muitos perdidos com relação à gestão de risco. No plano de gestão, em 2012, plano de contingência para medicamento, em

novembro, todas as unidades solicitaram 30% a mais para terem estoque caso ficasse isolada de alguma forma. Mapeamos com GPS as unidades, todos os pacientes de HIV, tuberculose, de hanseníase, insulino-dependentes. (...) *Mas isso não está forte dentro da gestão municipal, isso está um pouco perdido. Porque, na realidade, o enfrentamento de desastres para eles é a resposta. O importante é que o hospital esteja pronto para atuar naquele momento, e a defesa civil e o corpo de bombeiro. Ainda é muito difícil para eles entenderem o que é controlar doença, essa questão toda da saúde mental, das doenças crônicas que aparecem* (idem, SMS).

A descontinuidade das ações aprofunda as desigualdades, reforçando a importância das atuações somente na fase de resposta, que trazem mais visibilidade. O jogo de interesses políticos e econômicos, com desvio de verbas e improbidade administrativa, gerou, por fim, esgarçamento ético-emocional de alguns trabalhadores:

Houve tantos aborrecimentos que, em 8 de fevereiro, estava pedindo para sair da secretaria social para ir para a saúde. Houve problemas sérios de gestão. Meu carimbo ficava lá para as pessoas receberem as doações, muitas coisas aconteceram, *a questão humana que não conseguimos dar conta* (Profissional 3, SDS).

A partir de um debate de normas, que rompe com o sentido do trabalho dos que se engajaram na tarefa de cuidar e são atropelados por outros interesses:

Eu vi que as pessoas não seriam contempladas da forma, não só como deveriam, mas como prometido... Pedi exoneração e saí depois de muitos anos na prefeitura. Porque *eu não tinha condições de trabalhar daquela forma, com tantas pessoas vulneráveis que eu sabia que iriam ficar à deriva. Então, pedi exoneração e saí. Do dia 12/01 ao dia 08/02 nós não tivemos um minuto de descanso... sem parar. Já estavam todos organizados dentro dos abrigos* (idem, SDS).

Todas as dificuldades que aparecem no período de recuperação, na busca de se atingir novamente a normalidade dos serviços e do dia a dia da comunidade, são esquecidas por aqueles que apoiaram as cidades no momento imediato da resposta ao evento. Quando, então, a mídia deixa de cobrir os acontecimentos, as dificuldades aumentam:

Nos eventos, eu aprendi vivendo este, que, *depois que sai a mídia, parece que não tem mais problema. Magicamente, a cidade deveria voltar para*

o lugar e tudo vai ficar tranquilo. *Não está mais no Jornal Nacional, está tudo certo.* E é exatamente neste momento que a mídia sai, que *as ajudas externas também saem, é que a gente fica desamparada.* É neste momento que começa toda uma *fragilidade.* Porque, quando tem aquela ajuda de todos os lados, você se sente mais seguro. Magicamente, sai todo mundo junto. Sai a mídia, porque isso cansa para o telespectador, saem as ajudas das outras esferas governamentais, saem as ONGs, saem os voluntários. *Você fica naquele cenário se sentindo extremamente frágil, tentando recompor, mas de uma forma muito precária.* Até pela falta de vivência, num cenário tão devastador (Profissional da Vigilância em Saúde, SMS).

Essas dificuldades são de muitos tipos, e a mais invisível é a falta de cuidado psicossocial, já durante a fase de resposta, mas principalmente no que deveria ser a fase de reconstrução. Poucas ações foram realizadas:

(...) depois não tivemos nenhum tipo de acompanhamento. Até porque a estrutura do próprio serviço não dava conta. Isso foi muito cobrado. Em Friburgo até se tentou com o pessoal de saúde mental, mas estava todo mundo envolvido para conseguir dar esse salto. Sinceramente, acho que tenha que vir gente de fora que não tivesse vivido aquilo, que não estivesse comprometido emocionalmente. Posteriormente, foi feita formação na gestão do risco, mas não para o suporte emocional (idem, SMS).

As consequências para a saúde daqueles que se dedicaram ao cuidado se manifestam de diversas formas:

Dos trabalhadores, percebo que muita gente ficou com *alteração de taxa de diabetes, colesterol alto.* Eu, por exemplo, agora tenho colesterol alto... Tem muita gente que ficou *hipertensa.* Comportamental, então, pessoas que *ficaram mais agressivas.* Às vezes, a gente não faz um link, mas aquele trabalhador que era legal de repente ficou meio agressivo, nada foi acompanhado (idem, SMS).

Essas consequências emergem da combinação da pressão do acontecimento com o nível de engajamento requerido: “Você ali enquanto profissional, você enquanto ser humano, é fora da questão! Não tem essa de já acabou minha carga horária, eu tenho que ir embora... Porque era uma situação como se fosse uma guerra. E *you não vai embora de uma guerra!*” (Profissional 1, SDS).



E, nesse esgotamento físico e emocional, o trabalhador, em alguns casos, deixava de ser o que cuidava para ser o que precisava de cuidado:

Quando eu saí da delegacia, ainda no quarteirão, meu coração fez um barulho muito forte... *TUM!!!* Um barulho que eu parei, né. Mas aí ele não parou mais, ficou *Tum, Tum, Tum...* muito disparado. Aí, pensei, tem a enfermeira lá. Volto para lá? Pensei: Não! E entrei no carro. Quando entrei, ele estava mais disparado, quando olhei para meu crachá, meu crachá balançava... Fui atendida por um medico, estava com 180 batimentos cardíacos por minuto. Ele perguntou: "Como está se sentindo?". Aí, naquele momento, chorei, chorei... porque, antes, como ia chorar e acolher as pessoas... Tive que ir para o CTI (...) eu falei para ele das imagens que não saíam da cabeça... eu queira dormir sabe... E ele falou: "Você hoje vai ver outra coisa". A enfermeira ligou a TV e botou no desenho do pica-pau. Aí falei: "Não quero ver o pica-pau, ele faz maldades". Falei: "Pica-pau não, pica-pau não!" (idem, SDS).

Por não respeitar os próprios limites, do que conseguia suportar, até onde poderia ir, essa profissional ficou dias vendo as mesmas imagens, inúmeras vezes por dia, para reconhecimento dos mortos:

Eram muitas fotos. Eu já sabia de cor a sequência. Eram fotos muito impactantes, porque as pessoas estavam... alguns corpos num estado de putrefação avançado, não era bom de ver. Eu sei que isto foi se registrando em mim, depois, se eu fechasse meus olhos, eu via passando... passando, todas aquelas imagens, mesmo quando não estava mais lá. Isso a gente sabe que é um sintoma de estresse pós-traumático, mas naquele momento não havia tempo para se dar conta disso, não tinha espaço para isto. Faço acompanhamento com cardiologista. Isso me deixou um sinal cardíaco, tomo remédio até hoje, para que não tenha arritmia, passei a ter arritmia, são sequelas que ficaram, mas que controlo com medicamento, pior são as que ficaram que não têm medicamento, Voltei para terapia, fiz mais dois anos, mas... (idem, SDS).

Já faz mais de quatro anos do evento, mas parece que ele resiste em não passar nos corações e mentes desses trabalhadores. Todo profissional aprendeu com seu sofrimento que o comprometimento não acaba com a jornada de trabalho. Ele frequenta seus sonhos, ao relembrar relatos impactantes:

Uma mãe que estava segurando um filho pela mão e outro no colo. Ela teve que fazer a “escolha de Sofia” *para poder sobreviver, ela largou a mão da criança e... isso tudo é muito difícil*. Um filme que assisti na adolescência e que a gente viu de perto... foram pessoas que tiveram suas famílias dizimadas. Pessoas que perderam todos os filhos... (Profissional 3, SDS).

Esses relatos profundos, marcantes, não puderam ser acolhidos como mereciam e elaborados em um trabalho mútuo: “As histórias que a gente escuta fazendo anamnese, eram histórias das mais terríveis que podíamos ter vivido... *Como que você podia atender a próxima pessoa se você ainda estava chorando com aquela?*” (idem, SDS).

Além de todas essas experiências, os trabalhadores ainda precisaram se submeter a acordos locais, vivenciando constrangimentos e humilhações:

E ainda tinha isso, em Teresópolis tinha *duas funerárias: um corpo para um, um corpo para a outra*, porque existia essa disputa. Dentro de tudo isto você ainda tinha que lidar com essas questões... Se eu me confundisse e liberasse dois corpos para uma e era a vez da outra, *tinha o embate entre as funerárias*. Tudo isso acontecia ao mesmo tempo, o tempo inteiro, o tempo inteiro (Profissional 1, SDS).

Por fim, esses profissionais se deparam com a decepção de ver o atendimento prometido não acontecer ou acontecer de maneira precária. O desrespeito aos direitos e necessidades das comunidades:

Tenho uma mágoa, um desencanto, com esse processo político partidário que trava, que *não tem um olhar para as pessoas*, tem um olhar para os processos, para o material, *não tem um foco para garantir a moradia digna para as pessoas e tudo o mais*. As pessoas que sofreram deveriam estar mais envolvidas e não vir de cima para baixo: “Vão morar aqui!”. Como é que eu vou tirar essa pessoa da comunidade dela, que tem toda história dela, e colocar lá do outro lado da BR, fora da cidade! Você não move as pessoas assim. A gente vai construir, se quiserem morar vem, se não quiserem, não vem... Não pode fazer as coisas assim, tem que discutir. Falar: “Olha, é esse o local, o que vocês acham?”, antes de desapropriar. Disseram que era um local belíssimo, que tinha um lago, acho que aterraram o lago, sei lá o que fizeram... (Profissional 2, SDS).

O poder público ignora e exclui a participação das comunidades nos processos decisórios que dizem respeito às suas vidas:

O que vemos hoje é *que essa tragédia não terminou, ela está se perpetuando*. O impacto está na área da saúde, a gente não consegue ver a saúde superar essa situação na cidade. A gente vê as pessoas que estão vitimizadas fisicamente ou emocionalmente e a gente não consegue fazer nada. Quanto ao *aspecto psicossocial, a gente não vê se concretizar um atendimento integralizado para as vítimas* (Profissional da Vigilância em Saúde, SMS).

Como dito nesta fala, o desastre não acabou. É preciso lançar esforços para reorganização e visibilização de uma demanda sufocada pelas artimanhas de políticas corruptas.

## **Reflexões finais: pistas para outra relação de cuidado**

Esses apontamentos ergológicos são uteis para pensar os desastres, rompendo com uma lógica fragmentária e entendendo a necessidade da complexidade da ação. Para uma sociedade de cidadania frágil, compreender o encontro dos profissionais das emergências com as comunidades em um momento de ameaça pode ser uma forma de criar novas soluções para um espaço em crise. No caso da noite do dia 11 para o dia 12 de janeiro de 2011, nas cidades serranas fluminenses, o registro dessas experiências passa, então, a ser uma maneira de dar conta não só do improvável e do inesperado, mas também do entendimento da marcha de um processo social para além daquela madrugada.

Vimos, por meio dos relatos, as possibilidades e impossibilidades de promover o cuidado como o sentido do trabalho, ou seja, o sentido que o serviço prestado tem para os próprios protagonistas da atividade. É em nome do valor ético de solidariedade que o valor de serviço adquire sentido para os trabalhadores, em que “prestar serviço é agregar uma decisão de solidariedade a um ato ou a uma produção concreta, endereçada ao outro. É exprimir interdependência dos indivíduos e de suas atividades”, como nos diz Zarifian (2001, p. 115). O autor sinaliza ainda a importância do apoio organizacional e institucional para que o trabalhador exercite sua potencialidade e exerça seus poderes. De fato, as microcriações dos trabalhadores precisam de condições objetivas e subjetivas para ser fortalecidas e se transformarem em patrimônios mais sólidos, a partir das *reservas de alternativas* que indicam possíveis cami-

nhos para uma transformação social que considere o humano no centro das decisões. Contudo, isso não aconteceu na região serrana, que vive as suas idiossincrasias, como resultado dos equívocos praticados.

Apontamos para a importância de que as decisões levem em conta as vulnerabilidades e possibilidades de superação dos afetados e não somente se pautem nos saberes acadêmicos ou organizacionais, tendo em vista situações-tipo. Pois, e para a concepção das políticas públicas, “negligenciar a necessidade de revisar, constantemente, as normas, em virtude do que impõe a dupla antecipação, é subestimar o tratamento dos encontros e, portanto, os valores de humanidade” (SCHWARTZ, 2011, p. 41).

Insistimos na construção de espaços de fala que façam circular os saberes de maneira dialógica, em que se colocam em palavras hesitações, decisões, valores, para que outras escolhas sejam possíveis.

Portanto, que a elaboração da experiência, a releitura da realidade, por meio do diálogo, permita aproximação consciente das singularidades e diferentes temporalidades. Em que a confrontação de discursos revele os distanciamentos que existem entre o prescrito e o real. O diálogo é uma ação sobre a ação que transforma a experiência ocorrida em uma nova forma de se viver outra experiência em que outros engajamentos de si são colocados à vista.

## Referências bibliográficas

CUTTER, S. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 93, p. 59-69, 2011.

FREITAS, C. M. et al. Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência: lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1577-1586, 2012.

PIRES, D. A enfermagem enquanto disciplina, profissão e trabalho. **Rev. Bras. enferm.**, v.6 2, n.5, p. 739-744, set./out. 2009.

SCHWARTZ, Y. Circulações, dramáticas, eficácias da atividade industriosa. **Trab. Educ. Saúde**, v. 2, n. 1, p. 33-55, 2004.

\_\_\_\_\_. A experiência é formadora? **Educação e Realidade**, v. 35, n. 1, p. 35-48, jan/abr. 2010.

\_\_\_\_\_. Intervenção, experiência e produção de saberes. **Revista Serviço Social & Saúde**, Campinas/UNICAMP, v. 10, n. 12, p.19-43, dez. 2011.

\_\_\_\_\_. **Expérience et connaissance du travail**. Paris: Éditions Sociales, 2012.

SCHWARTZ, Y.; ADRIANO, R.; ABDERRAHMANE, F. Revisitar a actividade humana para colocar as questões do desenvolvimento: projecto de uma sinergia franco-lusófona. **Laboreal**, v. 4, n. 1, p. 10-22, 2008.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. **Trabalho & ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: EDUF, 2010.

VALENCIO, N. Desastres, ordem social e planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 9, n. 4, p.748-762, dez. 2010.

ZARIFIAN, P. Valor, organização e competência na produção de serviço – esboço de um modelo de produção. In: SALERMO, M (Org.). **Relação de serviço**: produção e avaliação. São Paulo: Editora SENAC, 2001.